

Projeto Brasil. Propostas são viáveis para o País se desenvolver?

Nem todas as medidas do manifesto Projeto Brasil Nação, lançado por intelectuais na semana passada, são vistos como caminho para o desenvolvimento do País pelos especialistas ouvidos pelo **O POVO**

Beatriz Cavalcante
beatrizcavalcante@opovo.com.br

Pontos do debate

Cobrar mais impostos dos mais ricos, com redução para as classes sociais mais baixas, e priorizar gastos com saúde e educação são dois dos cinco pontos do manifesto *Projeto Brasil Nação* vistos como positivos por especialistas entrevistados pelo **O POVO**. Apesar de ressalvas, as medidas são avaliadas como algo que traria a chamada “justiça social”. Mas a discordância se dá quando se fala em retomada do investimento público no País, além da intervenção na taxa de juros (Selic) e no câmbio.

De iniciativa do ex-ministro da Fazenda e economista, Luiz Carlos Bresser-Pereira, que coletou assinaturas de diversos intelectuais e artistas “contra os desmontes de políticas públicas do governo golpista de Michel Temer (PMDB)”, o manifesto foi lançado na última quinta-feira, 13. Além de criticar o esgarçamento da Petrobras, a destruição da indústria e a demolição de direitos sociais, o documento diz que “o governo reacionário e carente de legitimidade não tem um projeto para o Brasil”.

Para debater sobre o manifesto, **O POVO** conversou com Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), João Mário de França, professor do curso em Economia da pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (Caen/UFC), e Rodrigo Marinho, advogado, membro do Conselho de Administração do Instituto Mises Brasil e presidente estadual do Partido Social Liberal.



1 Regra fiscal que permita a atuação contracíclica do gasto público, e assegure prioridade à educação e à saúde

Este ponto visa a diminuir o superávit para estimular a economia em momentos de crise. Política essa contrária à redução de gastos proposta no governo Michel Temer (PMDB).

É fato que é importante frisar gastos em saúde e educação, mas para ter mais dinheiro para o social é necessário equilibrar o orçamento do Brasil. O caminho seria por meio da reforma da previdência. É o que pontua João Mário de França, professor do curso em Economia da pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (Caen/UFC). “Ser contra a reforma da previdência é, em outras palavras, ser contra aumentar gastos com saúde e educação, porque a previdência vai sugar todo o dinheiro que seria do social. Então primeiro tem de resolver o problema fiscal”, diz.

Para Rodrigo Marinho, advogado, membro do Conselho de Administração do Instituto Mises Brasil e presidente estadual do Partido Social Liberal, diz que por meio de atuação contracíclica os efeitos seriam “desastrosos”. Ele diz que essa medida já havia sido realizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos 13 anos em que ficou no poder. “Seria utilizar a máquina estatal para tentar resolver os problemas monetários. Mas isso não resolve”.



2 Taxa básica de juros em nível mais baixo, compatível com o praticado por economias de estatura e grau de desenvolvimento semelhantes aos do Brasil

Neste aspecto, baixar a taxa de juros gradualmente não é o viés que Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), enxerga para um período de recessão. Para ele, a taxa de juros (Selic) mais alta atrai recursos de fora para o País, que não vêm para serem investidos nas empresas, para gerar produção, mas apenas para “especulação”. Ou seja, se aposta, lucra e o investimento que era visto como bom vai embora. Hoje o governo opta por baixar a Selic gradualmente. Última modificação foi no dia 12 de abril, com queda de um ponto percentual na taxa, passando de 12,25% para 11,25% ao ano, voltando ao mesmo patamar de outubro de 2014. O atual ciclo de baixa começou em outubro de 2016, quando o índice estava em 14,25% ao ano. Sobre intervenções na Selic, a visão de Rodrigo e de João Mário é que tentar baixá-la artificialmente leva a aumento da inflação. “Enquanto o problema fiscal persistir, a taxa de juros não vai baixar como o desejado”, afirma João. Para os especialistas, intervenção não traz transparência em relação ao cenário pelo qual a economia passa e a reforma da previdência, caso aprovada, poderá trazer esse equilíbrio fiscal.



3 Superávit na conta-corrente do balanço de pagamentos que é necessário para que a taxa de câmbio seja competitiva

Tornar o Brasil competitivo em relação à exportação e substituição de produtos importados pelos nacionais seria o impacto desta medida. “Com a taxa de câmbio que temos hoje é muito mais estimulante importar”, diz Marcio. Para ele, uma taxa de câmbio competitiva (acima R\$ 3 e até R\$ 6) tornaria mais atrativo o mercado interno.

Em abril de 2014, a então presidente Dilma Rousseff chegou a defender a preferência por componentes brasileiros para a Petrobras quando disse “fazer no Brasil porque temos capacidade para fazer”. Mas a defesa do conteúdo nacional é uma política que não deu certo, segundo João Mário, porque aumenta os custos de produção quando obriga os empresários a adquirirem produtos no País. “Isso faz as indústrias perderem competitividade no mercado externo”. Outro ponto que Rodrigo destaca é que a taxa de câmbio deve ser volátil e que o mercado livre é que deveria ser estimulado. A exemplo do Chile, em que o país vizinho não possui montadoras de carro e é considerado o país mais desenvolvido dentro da América do Sul. “Eles estão preocupados em fazer o que eles fazem bem e a troca de mercadorias não é negativa para os países, ambos ganham, trocam ideias e se somam. Esse pensamento que o Brasil vai ser prejudicado com a importação é retrógrado”, diz. Quando se tentou na década de 1980 e no governo petista levantar a indústria naval, com uso de subsídios e políticas públicas de proteção, a retirada destes benefícios

fez com que o setor não prosperasse. “No Brasil, você cria um tipo de proteção nacional, mas não estabelece meta de produtividade e prazo para que o subsídio dure para que a indústria possa andar com as próprias pernas. A indústria naval não deixa de ser esse exemplo”, avalia João Mário. Segundo o professor, a ideia de mexer no câmbio para tornar a indústria mais competitiva não se mostraram como resultados interessantes. Mexer na carga tributária, no tempo para abertura de uma empresa no Brasil, que ultrapassa os quatro meses e dar apoio às micro e pequenas empresas seriam os fatores que Rodrigo destacaria para trazer mais competitividade ao País.



4 Retomada do investimento público em nível capaz de estimular a economia e garantir investimento rentável para empresários e salários que reflitam uma política de redução da desigualdade

Retomar o investimento público pode até ser visto como boa intenção para Rodrigo, mas foi outra medida imposta no governo Lula e Dilma “que não deu certo”. Para o advogado, quanto menor, menos burocrático e mais fácil o Estado for, melhor para o País. É por isso que João Mário diz que o investimento estrangeiro é bem-vindo quando se trata de capital produtivo, de construir infraestrutura. A política enviada ao Congresso Nacional, em que visa a aumentar a participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras trará, diz o professor, uma transformação das empresas em termos de eficiência, passagens mais baratas e opções de destinos. Por outro lado, Marcio defende que

retomar o investimento público é necessário, porque se o Estado não iniciar o setor privado dificilmente o fará. Uma maneira proposta para isto seria reduzir o tamanho das reservas externas brasileiras (hoje em US\$ 375,37 bilhões) para lastrear um fundo de investimentos de novos projetos de infraestrutura e terminar os que já foram iniciados. Sobre os investimentos estrangeiros, ele acredita que o governo de Michel Temer (PMDB) “tem feito tudo muito às pressas, sem avaliação do que conceder”. O último leilão concluído foi o realizado no dia 16 de março, em que o Aeroporto Internacional Pinto Martins foi arrematado pela alemã Fraport por R\$ 1,5 bilhão.



5 Reforma tributária que torne os impostos progressivos

A medida visa tornar os impostos progressivamente mais caros aos ricos e mais baratos aos pobres. Neste ponto, os especialistas concordam, com ressalvas. Para João Mário, a legislação tributária deve ser modificada neste sentido, porque traria mais igualdade e justiça social. A ressalva de Rodrigo é que em vez de aumento de tributos, deveria-se olhar para a questão de diminuir ao máximo os tributos. Já o professor da Unicamp ressalta que a liberação para cobrança de impostos para os setores que possuem mais renda reflete quem tem menos. “Na medida em que se retira imposto dos pobres, eles vão gastar mais. Isso vai gerar consumo. Enquanto que a tributação aos mais ricos não desestimularia o consumo, pois eles vão gastar da mesma maneira”, diz.